

FICHA 14

(CORREÇÃO)

MÓDULO 5

5. O legado do Liberalismo na primeira metade do século XIX

5.1 O Estado como garante da ordem liberal

5.2 O Romantismo, expressão da ideologia liberal

Grupo I

1. Associar os excertos do Doc. 1 (coluna A) ao legado político do liberalismo (coluna B) na primeira metade do século XIX.
 - a) – 3;
 - b) – 1;
 - c) – 5;
 - d) – 6.
2. Os direitos universais a que se refere o Doc. 2 são:
 - c) a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.
3. No contexto do Doc. 2, “os direitos políticos não são iguais e universais para todos” porque:
 - a) são condicionados pela fortuna pessoal, pela idade, sexo e grau de instrução.
4. A Revolução Francesa contribuiu para a consagração dos direitos universais através:
 - b) da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e dos textos constitucionais produzidos.
5. Referir os limites à universalidade dos direitos humanos presentes no Doc. 3.
 - A escravatura.
 - O colonialismo.(opõem-se à universalidade da igualdade, da liberdade, da propriedade e da segurança)
6. Desenvolver o tema:
O legado do liberalismo na concretização dos direitos humanos

Introdução: Na primeira metade do século XIX, assistiu-se à institucionalização da filosofia liberal assente nos direitos do Homem e do cidadão que o Estado devia garantir e preservar. Embora legitimados em textos constitucionais, os Estados liberais nem sempre conseguiram garantir a universalidade destes direitos.

Integrar três aspetos para cada um dos tópicos de desenvolvimento:

Os direitos do Homem e os direitos do cidadão
(Escolher três)

- A consagração da liberdade, da igualdade, da propriedade e da segurança como dos direitos inalienáveis do indivíduo (Doc. 2).
- A institucionalização dos direitos políticos do indivíduo: o cidadão como ator político que exerce a soberania nacional através do voto (Doc. 1).
- O exercício político da cidadania: como eleitores e como detentores de cargos políticos.
- O exercício civil da cidadania e a participação na vida pública nacional e local através da imprensa, por exemplo (Doc. 1).

Os mecanismos institucionais adotados para garantir os direitos do Homem e o exercício da cidadania

(Escolher três)

- A legitimação do poder político através de diplomas constitucionais votados pelos representantes da Nação (Constituições) ou outorgadas pelos soberanos (Cartas Constitucionais) (Doc. 1).
- O estabelecimento da separação dos poderes como forma de garantir o equilíbrio e a independências dos poderes políticos (legislativo, executivo e judicial).
- A soberania da Nação exercida (de forma indireta) através dos seus representantes.
- A secularização das instituições e a criação serviços laicos de apoio às populações: o registo civil e hospitais e escolas públicas.

Os limites da universalidade dos direitos humanos

- A propriedade continuou a ser apanágio das classes mais abastadas (burguesia).
- O voto censitário e as restrições impostas por critérios de idade, o sexo e fortuna condicionavam a universalidade dos direitos políticos (Doc.2) e o direito de igualdade.
- As conquistas territoriais, a prática da escravatura e o domínio colonial desvirtuavam o direito à liberdade (Doc. 3).

Grupo II

1. Associar os excertos do Doc. 1 (coluna A) aos princípios do liberalismo económico (coluna B).

- a) – 6;
- b) – 3;
- c) – 1;
- d) – 5.

2. Esclarecer o significado de dois dos princípios do liberalismo económico atrás referidos.

(Escolher dois)

- *Leis do Mercado*: princípio segundo o qual o preço de uma mercadoria (seja um produto ou o trabalho) é regulado pela lei do *livre jogo da oferta e da procura*; se um produto é solicitado, o seu preço sobe e o seu fabrico é estimulado, o mesmo se passando com o preço do trabalho (salário) (Doc. 1), que é ditado pela maior ou menor necessidade de mão de obra.
- *Regulação natural da economia*: assenta no livre jogo da oferta e da procura e da livre concorrência, excluindo a intervenção do Estado na economia.
- *Livre iniciativa e livre concorrência*: ausência de entraves às iniciativas de produção e de circulação de riqueza OU ausência de entraves para os empresários que competem entre si.
- *Ausência de intervenção do Estado na economia*: o Estado deverá abster-se de práticas protecionistas e monopolistas, de regulamentação dos preços, dos salários, da contratação de mão de obra e da circulação das mercadorias. Ao Estado caberia apenas facilitar a produção e comercialização, proteger a propriedade e garantir a ordem pública e a justiça.

Grupo III

1. Associar os excertos do Doc. 1 (coluna A) às características do movimento romântico (coluna B).

- a) – 3;
- b) – 1;
- c) – 4;
- d) – 7.

2. Mostrar que a obra de Domingos Sequeira (Doc. 2) se enquadra na temática do Romantismo.

- Temática medieval (a Reconquista cristã).
- Valorização das raízes históricas e formação da nacionalidade (a vitória de D. Afonso Henriques sobre os mouros em Ourique, em 1139, garantiu-lhe o prestígio que conduziria ao reconhecimento da independência de Portugal).

3. Interpretar a escultura de J-B. Carpeaux (Doc. 3) à luz da ideologia liberal.

- Expressão do pensamento social do século XIX: a defesa dos direitos naturais do homem; a exaltação da liberdade; a luta contra a escravatura.

4. Evidenciar dois aspetos da arquitetura romântica no Palácio da Pena (Doc. 4).

(Escolher dois)

- Formas revivalistas da Idade Média e decoração de inspiração manuelina (valorização das raízes históricas nacionais e da identidade cultural).
- Ecletismo patente na mistura de elementos manuelinos, mouriscos, medievais.
- Inserção na natureza.